

entrevista

FERNANDA GIANNASI,
*engenheira civil de segurança do trabalho,
protagonista da luta contra o amianto no Brasil*

Uma luta a favor da saúde



“O principal avanço que faz o Brasil caminhar para a proibição do amianto é a aprovação de leis municipais e estaduais que vedam a comercialização do mineral.”

Resistência a altas temperaturas, elevado potencial isolante, flexibilidade, durabilidade, baixo custo: com essas características, o amianto foi considerado por muito tempo um excelente material, servindo de matéria-prima para a construção de telhas, canos, pisos, caixas d’água e outros produtos. O que a indústria não considerava – e o que começou a aparecer anos mais tarde – é que o amianto é nocivo à saúde humana e ambiental e a exposição prolongada ao mineral pode levar à morte.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que a exposição à crisotila, como é conhecido o amianto branco, provoque a morte de 100 mil trabalhadores todos os anos. Em todo o mundo, cerca de 125 milhões de pessoas ainda convivem com o mineral no ambiente de trabalho.

Protagonista da luta contra o uso e a exploração do amianto no Brasil, a engenheira civil de segurança do trabalho Fernanda Giannasi começou a estudar os riscos do mineral ao ingressar no Ministério do Trabalho, em 1986. No ano seguinte, ajudou a formar um grupo de trabalho com o objetivo de fiscalizar as empresas do estado de São Paulo que estivessem utilizando ou explorando o amianto branco.

Há 25 anos, ela luta para vencer o *lobby* das indústrias e banir a crisotila do território brasileiro, enfrentando ameaças e constrangimentos impostos pelas empresas que produzem ou comercializam o material. Fernanda lembra que o Brasil ainda é um grande produtor e utilizador do mineral – somos o terceiro maior exportador do mundo – e que, diante desse cenário, interesses econômicos influenciam fortemente a decisão importantíssima de banir ou não a crisotila.

Divorciada e mãe de uma filha, a engenheira de 52 anos também milita contra outros elementos cancerígenos, como material radioativo, lixo nuclear e fumo no ambiente de trabalho. Nesta entrevista, Fernanda expõe sua batalha a favor da saúde humana e ambiental e contra a crisotila e alerta: o Brasil ainda preserva uma mina de exploração do mineral, em Minaçu, no estado de Goiás.

REDE CÂNCER – Quais os principais riscos à saúde associados ao amianto?

FERNANDA GIANNASI - O amianto tornou-se vilão quando cientistas apontaram a associação entre a exposição ao mineral e a ocorrência de doenças como a asbestose – caracterizada pela formação de cicatrizes no pulmão, ocasionando a perda de elasticidade do órgão – e o câncer de pulmão, na metade do século XX. Inicialmente, a substância era considerada um risco restrito aos trabalhadores envolvidos com a sua exploração. Hoje, estudos científicos internacionais demonstram que qualquer exposição ao amianto traz sérios riscos à saúde. O mineral desprende fragmentos no ar que, quando inalados, podem provocar doenças pulmonares graves. A Organização Mundial da Saúde (OMS) alerta que a exposição ao amianto branco, em função do trabalho ou não, pode provocar câncer de pulmão e outras doenças graves.

REDE CÂNCER – Qual a situação do amianto no cenário internacional?

FERNANDA GIANNASI - O amianto é encontrado de diversas formas. As mais comuns assumem as cores azul, marrom e branco. As duas primeiras estão banidas em todo o mundo. O amianto branco, ou crisotila, é proibido em 59 países, entre eles Moçambique, o sexto país africano a banir o uso, a exploração e a comercialização do mineral.

REDE CÂNCER – Sua luta contra a exploração, o uso e a comercialização do amianto persiste há 25 anos. O Brasil ainda está longe de banir o mineral?

FERNANDA GIANNASI – O principal avanço que faz o Brasil caminhar para a proibição do amianto é a aprovação de leis municipais e estaduais que vedam a comercialização do mineral. Hoje, quatro estados já instituíram a proibição: Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul. O grande problema é fiscalizar o uso controlado do amianto onde o



mineral ainda não foi proibido, pois as condições em que o material é manipulado não são conhecidas. Esperava-se mais celeridade na definição da proibição, mas não se pode de forma alguma dizer que o debate está paralisado no Brasil. O argumento que sustenta a permissão da exploração da crisotila em países como o Brasil é a suposta segurança associada ao uso controlado do mineral.

REDE CÂNCER – Então, existe a conscientização da necessidade da proibição do amianto no Brasil?

FERNANDA GIANNASI – Hoje boa parte da sociedade brasileira tem consciência sobre os riscos associados à exposição à crisotila, porque diversas instituições promovem o debate. A conquista dessa consciência só foi possível pela geração e difusão de conhecimento sobre os riscos associados ao mineral. Há 20 anos, informações sobre os riscos à saúde, a proibição ou substituição da crisotila eram veiculadas exclusivamente pela mídia. Já sabíamos que a exposição ao amianto poderia levar ao câncer, e não somente em trabalhadores, mas isso não era falado abertamente. Entre os trabalhadores, já existe um grau de conhecimento sobre os riscos da exposição ao amianto. Mas, embora eles recebam as informações, quem está nas fábricas ainda não está doente e muitas vezes não pode optar entre trabalhar ou cuidar da saúde. O trabalhador prefere, então, acreditar que a empresa faz um controle e que não há risco para ele. É uma forma mais fácil, que não o obriga a escolher entre o trabalho e a saúde.

REDE CÂNCER - Quais as principais doenças relacionadas à exposição ao amianto branco?

FERNANDA GIANNASI – Ao ser inalada, a fibra da crisotila se aloja em diversos órgãos e pode provocar o desenvolvimento de tumores. Os efeitos nocivos do amianto sobre a saúde humana variam. Há pessoas que ficam doentes 20 anos após a primeira exposição. Em outros casos, os sintomas só aparecem 40 anos depois. Algumas doenças, chamadas não malignas, limitam aos poucos a atividade funcional do trabalhador. É o caso da asbestose. Existe também o grupo de doenças malignas associadas à exposição ao amianto, formado por diversos tipos de câncer. Os mais comuns são os tumores de pulmão, ovário e aparelho digestivo. Outras neoplasias, mais raras, também estão relacionadas à crisotila, como o mesotelioma de pleura, que ataca a membrana que recobre o pulmão, e o mesotelioma do peritônio, que ataca a membrana que recobre o abdômen. Estima-se que 10% dos trabalhadores que tiveram contato com o amianto desenvolverão alguma doença relacionada ao mineral e que em torno de 1% deles desenvolverá casos graves.

REDE CÂNCER - Os trabalhadores que estão doentes por causa do amianto contam com apoio?

FERNANDA GIANNASI - Essa é a grande discussão. O que os trabalhadores buscam, primeiro, é o reconhecimento do problema na esfera pública. O registro de doenças associadas ao amianto deve ser comunicado ao Ministério da Saúde, mas esse controle não vem sendo feito como deveria. Há algum tempo, 17 empresas conseguiram na Justiça o direito de não informar o Sistema Único de Saúde (SUS) sobre os trabalhadores que adoeceram em função da crisotila. Essas empresas alegam que a notificação significaria um problema de competição com concorrentes que



não precisariam cumprir a norma. Em geral, as doenças acometem os trabalhadores quando eles não estão mais trabalhando e, portanto, não estão cobertos pela proteção do seguro por acidente de trabalho.

REDE CÂNCER – Empresas que utilizam o mineral defendem o uso do amianto branco e seus derivados, alegando que não são cancerígenos e não fazem tanto mal à saúde? Isso é verdade?

FERNANDA GIANNASI - Essa afirmação não é verdadeira, porque o amianto branco não é seguro. Em maior ou menor grau de agressividade, todas as formas de amianto, do marrom ao branco, são cancerígenas. Por essa razão, a tese do controle é totalmente falsa. O fato de o amianto branco ser menos agressivo não abstrai sua característica de malignidade e sua associação ao desenvolvimento de câncer. A OMS afirma que não é possível garantir o não adoecimento da população exposta à crisotila.

REDE CÂNCER – Um dos argumentos das empresas que exploram o amianto é que o fechamento das minas causaria impacto no mercado de trabalho. Qual seria esse impacto?

FERNANDA GIANNASI - Existe uma única mina de exploração no Brasil, que fica em Minaçu, Goiás. Com o fechamento dessa unidade remanescente, 600 empregos diretos vão desaparecer. Por isso, são necessárias políticas públicas que assegurem aos que estão doentes a proteção social e aos que ainda estão saudáveis a garantia de trabalho. A outra opção seria buscar uma aposentadoria antecipada para aqueles que trabalham em atividades que vão acabar. O Estado não tem feito sua tarefa, que é garantir a proteção

ao trabalhador, quando houver o fechamento da mina, para que ele possa trabalhar em outras atividades. A melhor forma de proteger o trabalhador é substituir o amianto, bani-lo o quanto antes, porque o uso controlado do mineral não existe.

REDE CÂNCER - Existe algum produto que possa substituir as fibras de amianto?

FERNANDA GIANNASI - Sim. Alternativas existem e são utilizadas pela própria indústria do amianto. Na fabricação de telhas, caixas d'água, pastilhas e lonas de freio, o amianto pode ser substituído por materiais como polietileno, polipropileno ou fibras de vidro, celulose e carbono, que são extremamente resistentes a alterações físico-químicas e a altas temperaturas. É importante ressaltar que o comércio do mineral é a principal demanda para a sua exploração. Enquanto houver comércio e consumo da crisotila, haverá sempre a necessidade de comprar o material – no Brasil ou em outros países que ainda o produzam. Por isso, é fundamental adotar medidas restritivas ao comércio, para que ele não demande produtos à base de amianto.

REDE CÂNCER - A senhora já foi ameaçada por ser a favor da proibição do amianto. Ainda sofre constrangimentos ou consegue fazer seu trabalho sem tanta pressão das empresas?

FERNANDA GIANNASI - Ainda há assédio moral das empresas, que tentam desqualificar a luta contra o amianto e intimidar a militância com mandados de segurança. Meu trabalho está restrito ao estado de São Paulo e, neste momento, estou sozinha para lutar por essa questão. Conto apenas com o apoio da minha superintendência. ■